

**Que habitabilidade cabe nesse sonho? Arquiteturas ordinárias:
outras habitabilidades para outras precariedades**
**Which habitability fits this dream? Common architectures: alternative
habitability overcoming precariousness**

**Que vivienda habita en este sueño? Arquitecturas comunes: otras
habitabilidades a otras precariedades**

PELA, Ida Matilde

Doutoranda PPGAU/UFBA, Professora da Faculdade de Arquitetura/ UFBA, idapeli@iq.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo pontuar algumas questões sobre de que lugar se parte para a construção do conceito de *habitabilidade*, contribuindo com os processos de assistência técnica nas moradias autoconstruídas, entendidas aqui como *arquiteturas ordinárias*. A problematização se dá no reconhecimento do *saber das pessoas/ saber dominado*, dentro dos territórios autoconstruídos para fazer frente ao *saber hegemônico/ disciplinar*. A discussão perpassa esses *saberes* para chegar ao empoderamento do *homem ordinário* no reconhecimento de suas *maneiras de fazer*, e de como suas *ações, táticas e desvios* materializam a sua moradia. A reflexão questiona o modo “próprio” com que os conceitos de habitabilidade e o de precariedade são construídos. O rebatimento da discussão conceitual acontece na atualização, em 2014, de cadastros de duas moradias realizados no processo de assistência técnica ocorrido em 2006, nos territórios de Recanto Feliz e Paraíso Azul, em Salvador. Os dois casos demonstram o enfrentamento da precariedade de diferentes maneiras, sem assistência técnica, resultando em habitabilidades diversas, e em tempos também diversos. Revelam-se ações, “táticas e desvios” das regras postas e a busca pela “casa dos sonhos”. Por fim, reconhece-se que o *saber das pessoas* materializados na autoconstrução sugere *outras habitabilidades*.

PALAVRAS-CHAVE: Arquiteturas ordinárias, habitabilidade, precariedade, saber dominado, saber hegemônico

ABSTRAT

This article ponders on some questions about where the concept of habitability comes from, contributing to processes of technical assistance for self-building housing, referred here as ordinary architectures. It proposes to reveal how popular knowledge/dominated knowledge in self-built territories can overcome hegemonic knowledge. The discussion strives on how to achieve empowerment by placing value and recognizing the ways in which people choose to materialize their housing conditions. The present work questions how concepts of habitability and precariousness are conceived. The analysis involves a process of technical assistance that took place in 2006 in Recanto Feliz and Paraiso Azul, both located in Salvador during housing registration of three households in 2014, in all two cases there are evidences of how to overcome precariousness without technical assistance, leading to the construction of a variety of housings. The results reveal actions and techniques which deviate from the norm in the search of the “dream house.” Finally, it point out to the fact that the knowledge people bring can be materialized in self-building suggesting other possibilities for habitability.

KEY-WORDS: Common architectures, habitability, precariousness, dominated knowledge, hegemonic knowledge.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo anotar algunas preguntas sobre la construcción del concepto de habitabilidad, contribuyendo procesos de asistencia técnica en materia de vivienda de construcción propia, entendida aquí como arquitecturas comunes. El interrogatorio se otorga el reconocimiento de los conocimientos de la gente / el

conocimiento aprendido en los territorios auto-construidos en el lugar del conocimiento hegemónico / disciplina. La discusión impregna este conocimiento para llegar a la potenciación del hombre común, en reconocimiento de sus formas de hacer y de cómo sus acciones, tácticas e imperfecciones materializan su vivienda. Se plantea una reflexión de la manera "correcta" en el que se construyen los conceptos de la habitabilidad y de la precariedad. El plegamiento de la discusión conceptual tiene lugar en la actualización, en 2014, de dos registros de viviendas realizadas en el proceso de asistencia técnica que se produjo en 2006, los territorios de Recanto Feliz y Paraiso Azul en Salvador. Los dos casos demuestran enfrentar la precariedad de diferentes maneras de asistencia técnica, lo que resultan en varias habitabilidades. Los resultados exponen las "tácticas" y desviaciones de las normas en la búsqueda de la "casa de los sueños". Por último, se reconoce que en el conocimiento de la gente se materializan otras habitabilidades.

PALABRAS-CLAVE: Arquitecturas comunes, vivienda, la precariedad, saber dominado, saber hegemónico.

1 INTRODUÇÃO

Interessa-me aqui pensar o *outro*, o "que não é o mesmo", "diferente", "diverso", repensar os *outros* saberes. Deixar-se permear e atualizar-se. Uma visão de mundo que se quer mais aberta, múltipla. Busco pensar as multiplicidades de dispositivos que cada indivíduo/coletivo se utiliza para responder às suas necessidades, aos seus desejos de sua vida vivida. Busco investigar a materialização destes na moradia autoconstruída, reconhecendo aí, um "saber fazer"- um *saber das pessoas* ainda pouco aceito pelo saber técnico-científico, pelos estudos de arquitetura e urbanismo.

Parto de uma *práxis* por muito tempo vivida para uma reflexão crítica desse processo. Refiro-me aos onze anos que trabalhei como arquiteta e professora nas atividades de extensão em assistência técnica no Escritório Público de Arquitetura e Engenharia da Universidade Salvador. Essa experiência é a base da pesquisa que venho desenvolvendo no doutorado, com a tese: "A autoconstrução como obra aberta- outros tempos, outros espaços, outros saberes"ⁱⁱ. Outros saberes que não os tão engendrados e "aceitos" no lidar com as cidades brasileiras e seus territórios autoconstruídosⁱⁱⁱ. Parto de meu *saber técnico-científico - o saber hegemônico* do arquiteto para dar luz, fazer reaparecer, através da crítica, o *saber dominado- o saber das pessoas*.

Para tanto, o presente artigo tem por objetivo pontuar algumas questões sobre de que lugar se parte para a construção do conceito de habitabilidade, contribuindo com os processos de assistência técnica nas moradias autoconstruídas, entendidas aqui como arquiteturas ordinárias^{iv}. A problematização se dá no reconhecimento do saber das pessoas/ saber dominado, dentro dos territórios autoconstruídos para fazer frente ao saber hegemônico/ disciplinar (FOUCAULT, 2010). A discussão perpassa esses saberes para chegar ao empoderamento do homem ordinário (CERTEAU, 2013) no reconhecimento de suas maneiras de fazer, e de como suas ações, táticas e desvios

materializa a sua moradia. A reflexão questiona o modo “próprio” com que os conceitos de habitabilidade e o de precariedade são construídos. O rebatimento da discussão conceitual acontece na atualização, em 2014, de cadastros de duas moradias realizados no processo de assistência técnica ocorrido em 2006, nos territórios de Recanto Feliz e Paraíso Azul, em Salvador.

Proponho pensar o homem contemporâneo. O homem comum das cidades do capitalismo periférico. O homem ordinário que produz a arquitetura ordinária das cidades em contraposição as arquitetura extraordinárias pensadas por arquitetos. O homem comum que constrói e mora nos territórios das cidades. O homem que através de “práticas, táticas, ações, desvios e fugas” materializa milhares de moradias por meio da autoconstrução. Esse homem comum que enfrenta “precariedades” em todos os condicionantes impostos por uma economia pautada no capitalismo “globalizado”. O homem que está numa constante construção por seus direitos sociais, pelo direito à cidade, numa condição urbana que é característica das cidades do capitalismo periférico, das cidades latino americanas.

2 O SABER

O saber como “conhecer” e o saber como “saber sobre”

A origem da palavra saber vem do italiano *sapere*, do alemão *wissen* e tem dois significados: um como conhecimento geral e outro como ciência. O de conhecimento geral teria duas entradas de acordo com J.Crote: o saber entendido como “conhecer uma coisa, uma pessoa ou um objeto qualquer (que significa ter certa familiaridade com esse objeto)”, e saber como “algo a respeito do objeto (o que significa ter dele um conhecimento talvez limitado, mas exato, de natureza intelectual ou científica)” (ABBAGNANO, 1998, p.865).

Desses dois significados perpassam outros entendimentos que seguem a mesma linha, como a conceituação de Russel: “a distinção entre experiência direta (*acquaintance*) e conhecimento sobre (*knowledge about*) é a distinção entre as coisas que nos estão imediatamente presentes e as que nós alcançamos apenas por meio de frases denotativas” (RUSSEL apud ABBAGNANO, 1998, p. 865). Esta experiência direta seria o “conhecer pela experiência com aquela coisa”, em contato com uma coisa, esse saber seria da pessoa que sabe, que vivencia; diferente do “saber algo sobre” se somaria o “saber a respeito do objeto”, a investigação sobre, um saber “exato” do objeto mas limitado, a pesquisa, a produção de conhecimento sobre aquilo. Penso que poderia relacionar este

conhecimento como familiaridade, o saber das pessoas, o saber que os moradores têm de suas moradias, de suas construções que se distingue do saber que foi construído sobre estes territórios, sobre as favelas, sobre as moradias, é um saber distanciado, “talvez limitado, mas exato”, é um saber a respeito.

Ao considerar o conceito de saber como conhecimento sobre, este seria o saber técnico-científico, nem maior nem menor, e, sim, diferente do saber como experiência dos moradores. Pois eles, os moradores, vivenciam experiências cotidianas, diferente dos pesquisadores que elaboram sobre o fato vivenciado, buscando até viver a experiência mais rica possível, visitando, percorrendo os lugares, mas não nos é possível conhecer por completo o acontecimento. Assim, constrói-se um saber sobre os territórios, num distanciamento que pode ser grande, a partir de frases “denotativas” sem ao menos pisar numa área dessa. Vários estudos, de vários autores têm saberes sobre esse tema, a partir de dados, informações, elaborações de fora, do conhecimento técnico-científico, mas não constroem, não materializam, não vivem o cotidiano de quem mora lá. O saber que os moradores têm a partir da experiência, é um saber direto, vivido, é o saber como ação cotidiana, necessário.

O que me parece importante aqui é entender que os saberes são produzidos dentro de contextos políticos econômicos sociais, enfim culturais, e estes saberes trazem em si poderes, respondendo aos processos que o formaram e os disputam. Para Michel Foucault o “saber das pessoas” sempre esteve ali, no entanto, é somente através da crítica do “saber disciplinar– técnico-científico- hegemônico” - que estes poderão reaparecer, encontrar espaço nos estudos, pois por muito tempo foram desqualificados no contexto técnico-científico:

Por saber dominado se deve entender (...) uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados... saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade (...) chamarei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial. (FOUCAULT, 1996, p.170)

Esse “saber das pessoas” identifica o saber do “homem ordinário” que está na cena contemporânea da cultura “popular”, e também nos processos de “apropriação desigual dos bens econômicos e culturais” (CANCLINI, 1979, p.43) que também acontece nas cidades brasileiras - nas cidades do capitalismo periférico.

Já Michel de Certeau explicita as “combinatórias de operações” que compõem também uma “cultura” e exuma modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde sob o pudico

nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com as maneiras de caça não autorizada (CERTEAU, 2013, p. 38). O autor demonstra que tais consumidores, estariam permeados pela cultura popular, entendida por um “estilo de trocas sociais”, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do “dom” (de generosidades como revanche), uma estética de “golpes” (de operações de artistas) e uma ética da tenacidade (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade) (CERTEAU, 2013, p. 83).

Para o autor, a cultura popular se formula essencialmente em artes de fazer, isto é, em consumos combinatórios e utilitários. Essas práticas colocam em jogo, um *ratio* popular, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma “arte de utilizar” (CERTEAU, 2013, p.43). É nesse contexto da cultura popular e das artes do fazer que o autor encontra espaço para os saberes do seu “homem ordinário”. As artes do fazer poderiam estar nas práticas de cozinhar, de andar, nas práticas urbanísticas, e por que não dizer nas práticas do construir. Para ele, as práticas ou maneiras de fazer cotidianas deveriam cessar de aparecer como “o fundo noturno da atividade social” se um “conjunto de questões teóricas e métodos, de categorias e de pontos de vistas, permitisse articula-la”. Certeau ressalta que há muito o quê fazer.

O saber do “homem ordinário” e as “maneiras de fazer”

Ao escolher o homem ordinário como principal ator de seu estudo, Michel de Certeau ressalta que esse “herói anônimo” sempre existiu, mas só depois de muito tempo ocupou a cena científica das ciências sociais (sociologia e antropologia), pois os escritos abandonaram os donos de nomes próprios, os senhores, para “fixar-se enfim na multidão do público”. Passa-se, então, a privilegiar os estudos do cotidiano e do anonimato, e não do extraordinário e do autoral. De acordo com o autor, na literatura que se realizava na “aurora da modernidade”, no século XVI, o homem ordinário era o “cada um e este anti-herói é também ninguém”. E nessa construção de quem é esse homem, Certeau cita as obras de Robert Musil e Sigmund Freud que, em diferentes abordagens, vão se ocupar do *der gemeine Mann* (o homem comum, o homem ordinário) (CERTEAU, 2013, p.55).

Para o autor, o homem ordinário está inserido na cultura popular contemporânea, e além de “consumidor”, este homem usa e fabrica algo a partir dos produtos que lhe são impostos. Ele afirma que o “homem ordinário” não produz produtos próprios, mas os rearranja com uma poética^v (própria, pode-se dizer?) uma criação, um inventar, e com isso “fabrica” algo. Essa fabricação seria a

partir do vocabulário disseminado pelo saber técnico-científico, e a partir disto Certeau sugere que se poderia ter como baliza teórica para o seu estudo “a *construção* de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos”. O empoderamento desse homem ordinário se daria aí, nesta possibilidade de fabricação, mesmo que o “vocabulário e a sintaxe” não sejam dele (CERTEAU, 2013, p.39).

Na vida cotidiana, segundo Certeau, há a possibilidade de se investigar as mil maneiras de fazer através das práticas, e se pergunta se há “uma lógica dessas práticas”. Para ele, esta lógica vai se realizar através da “ação” e, inspirado na arte da guerra, propõe dois enunciados que vão explicar essas maneiras de fazer: as “táticas e as estratégias”. O contraponto dos enunciados vai ser a construção do *lugar*: o do *outro* – o saber das pessoas- e o do *próprio*- o *saber disciplinar*. As táticas vão caracterizar as maneiras de fazer do homem ordinário. A *tática* é definida como sendo a arte do fraco, “sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo”, mas luta, age frente às situações num tempo próprio, imediato, onde não há memória, não há registros, é a arte de lutar, desvios para o que lhe é imposto. As “ocasiões” aproveitadas podem acontecer no “habitar, no circular, no falar, no ler”, todas elas como forma do homem ordinário buscar seu espaço dentro da “ordem” estabelecida pelo “forte”. Assim, ele a define:

Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um *próprio*. Então nenhuma delimitação lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do *outro*. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (...) Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe. Lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (CERTEAU, 2013, p.97)

Será que as “táticas” são simplesmente operadas “golpe por golpe”? Nas pequenas ações, nos pequenos desvios, pequenos arranjos realizados num tempo e noutro, não há a possibilidade de uma “memória”? De uma “memória” do que se realizou?

Neste mesmo “campo de batalha” têm-se as *estratégias*, *ações* dos saberes disciplinares, dos gestores e dos arquitetos urbanistas. A estratégia como *ação* do hegemônico já tem seu lugar, e é um lugar de poder, teórico e físico. É um poder saber que se coloca sempre como dominação, totalizador e de busca do controle da vida cotidiana. Ao elaborar lugares teóricos, este pouco considera o homem ordinário e seus saberes, ou se o considera, os quer dominar com suas normas e ordens impostas nos lugares físicos. O que parece necessário é se atualizar esse lugar próprio das estratégias

no sentido de se aproximar do entendimento das táticas. Pois se são opostos, ou se complementam, atuam no mesmo campo de batalha- nas cidades.

3 QUE HABITABILIDADE CABE NESSE SONHO?

O conceito de habitabilidade tem diversos sentidos, do sujeito à materialidade. A habitação, o habitar e a habitabilidade estão intrinsicamente ligados. A palavra habitabilidade vem de *habere* que significa “ter e do ter-se no mundo, de tomar posse dele e de si: uma das formas do ser humano constituir sua posse de si e do mundo é edificando o seu *habitat*, no qual define e funda seus hábitos, sua habitualidade, e dá-lhes lugar, ou seja, cria uma “morada”, abriga os seus costumes” (BRANDÃO, 2005, p.1). Preciso de uma habitação para habitar? Posso morar num casebre e construir minhas referências. Habitar no sentido amplo, casa, lugar. Eu habito minha casa? Eu habito minha cidade? Significa viver o trabalho, a mobilidade, a escola, o lazer, ter e ter-se num território que abarque os condicionantes que me faz sentir bem. Para Carlos L. Brandão:

A habitabilidade e o bem estar são atributos do sujeito e do objeto e surge no encontro vivido do habitante e da habitação, um encontro que não é mera contemplação, mas envolve o uso, o atendimento de algumas necessidades e desejos por parte do espaço projetado e construído e um tempo em que se constituiu a familiaridade do espaço com aquele que o habita. (BRANDÃO, 2005, p.1)

Os conceitos de habitabilidade são amplos, não se refere apenas a habitação em si, seu conforto térmico com boa ventilação, bom iluminação, sem umidade, resultando quantitativamente o grau de habitabilidade, mas também se refere ao urbano, as condições que estão no entorno dessa habitação e os possíveis e, necessários, “elos” que podem acontecer. Temos então o conceito de “habitabilidade urbana” que traz:

(...) como questão central a preocupação de inserção da unidade habitacional no espaço urbano seja pela ligação dessa unidade na rede de infra-estrutura básica urbana e com os serviços e equipamentos públicos ou pela questão social de inclusão. Dessa forma, transformando a unidade habitacional em elo de ligação. (COHEN apud MARAMBAIA, 2009, p.10)

Este conceito também corrobora com a afirmação de habitabilidade como direito à cidade, e não só à habitação (CASTRO apud MARAMBAIA, 2009, p.7). A habitabilidade urbana está ligada mais diretamente ao saber disciplinar/ técnico científico para se realizar. Já a habitabilidade na escala da habitação tem no saber das pessoas, pelo menos na moradia autoconstruída, um potencial se concretizar. Evidentemente que essa habitação está inserida num lote, numa rua/ beco, um bairro/comunidade, e, portanto, isso influencia a sua habitabilidade, mas a autonomia de realizar ações através da táticas e desvios em sua própria moradia, traz um poder de concretização bastante interessante.

Para a determinação das necessidades habitacionais é preciso que sejam estabelecidos parâmetros mínimos de habitabilidade, a partir dos quais possam ser mensurados o tamanho e a natureza dos problemas habitacionais locais”. Nesse sentido, destaca-se que o processo de definição desses parâmetros é influenciado por modos específicos de se perceber a questão da habitação e os problemas que suscitam dela. (CASTRO apud MARAMBAIA, p.8)

Juntamente à habitabilidade tem-se o conceito de precariedade, que o saber disciplinar utiliza frequentemente para enunciar os territórios autoconstruídos, padronizando-os. O estudo de Mike Davis (2006) traz a amplitude e a generalização da “precariedade” no mundo. A definição de “áreas precárias” é a expressão dessa generalização: “(...) excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança da posse de moradia” (DAVIS, 2006, p.33) .

Já o estudo de Sergio Azevedo (2004) faz uma crítica à utilização do conceito de precariedade para compor a “nomenclatura de déficit habitacional”, pois segundo ele, o termo *“induz equivocadamente à expectativa de possibilidade de quantificação padronizada, atemporal e neutra”* (AZEVEDO, 2004, p.83). Em contrapartida, traz o conceito de “necessidades habitacionais” entendidas dentro de uma perspectiva sociológica, que devem refletir o dinamismo e a complexidade de uma realidade econômica. A precariedade padronizada e atemporal é exemplificada quando se avalia a moradia por suas fachadas ainda sem reboco, supõe-se que ali tudo é precário e não irá mudar, mas na maioria dos casos isso não se confirma. A precariedade não é só uma, ela acontece de acordo com o tempo, e os tempos na autoconstrução são vários. Se a moradia se realiza num tempo longo, as precariedades vão ser enfrentadas também em um tempo longo, e por consequência também a habitabilidade. Ter-se-á várias habitabilidades dentro de um mesmo território. Para Angela Gordilho-Souza (2000) a complexidade da questão habitacional na cidade atual “(...) leva à necessidade de revisar, conceitualmente, o desafio de como intervir. Que parâmetros urbanísticos são próprios para acionar condições de mudanças qualitativas nessas áreas?”, e vai afirmar que os moradores desses territórios “(...) vão construindo conteúdos e referências socioespaciais próprios, que personalizam e dão potencialidade de mudança a essas áreas em sua inserção urbana” (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.421-422).

Neste sentido, destaca-se que o importante é verificar que os parâmetros que constroem a habitabilidade têm como referência “uma” realidade econômica que é diversa a dos territórios autoconstruídos, com normas construídas a partir de condicionantes ideais. A questão não é deixar de aplicar os parâmetros de habitabilidade, mas sim eleger outros parâmetros que possam colaborar para a realização de melhorias da habitabilidade. Mas, se o lugar de construção desses “novos”

parâmetros continuar sendo o do posicionamento do próprio, da ação estratégia de controle, de sustentação e manutenção das normas e regras, a meu ver não se avança.

Um caminho para se eleger esses parâmetros é partindo-se da pergunta “Que habitabilidade cabe nesse sonho?” fazer outra: Que sonho é esse? Assim, parto das “falas”, do saber das pessoas para conhecer o “tamanho” desse sonho e como este caberia na “materialidade” dos territórios autoconstruídos. Saber quais os condicionantes (lugar/ lote, econômicos, técnicos, modos e gostos, culturais etc.) para se “autoconstruir” uma habitação. Outra pergunta surge: Será que os sonhos são diversos de acordo com as realidades econômicas?

Ao serem perguntadas, em 2006, “O que é uma casa boa e confortável?” e “Como é a casa dos seus sonhos?”, duas moradoras deram o seu depoimento:

Uma casa boa e confortável deve ter uma cozinha com espaço para trabalhar, pelo menos dois quartos e uma sala. A frente de uma casa bonita deve ter um hall de acesso com jardim e varanda. Uma casa bonita por dentro deve ser bem pintada. A casa de meus sonhos é uma casa bem pintada e com cerâmica na fachada.

Depoimento de Maria Gorete de Jesus para equipe do EPAE.A, em 2006.

Uma casa boa e confortável deve ser ventilada e com uma boa área de serviço. A frente de uma casa bonita deve ser bem rebocada, ter janela e porta de madeira e ser pintada de azul. A casa dos meus sonhos é a minha própria casa com uma varanda e área de serviço.

Depoimento de Mirian da Costa para a equipe do EPAE.A, em 2006.

Estes dois depoimentos revela que o sonho é a partir da “materialidade” na qual a habitação se encontra naquele momento – tempo, pois, ao comparar o depoimento com o cadastro das moradias, também no ano de 2006, percebe-se que a necessidade é de se resolver o que se apresenta como “precariedade”, ou não satisfatório na moradia. Passado oitos anos, constato, em 2014, que Maria Gorete e Mirian realizaram em parte seus sonhos. Resta saber até onde vão os sonhos nos territórios autoconstruídos.

4 ARQUITETURAS ORDINÁRIAS – OUTRAS HABITABILIDADES PARA OUTRAS PRECARIIDADES

A partir da discussão conceitual realizada considero que o saber do homem ordinário está nestas moradias, na materialização das “táticas e desvios” que estes se utilizaram para realizar ampliações e reformas, na melhoria da habitabilidade. Investigo quais são estas ações. Para tanto parto do material elaborado pelo processo de assistência técnica através da pesquisa-ação^{vi}, realizada em 2006, e atualizo a materialidade dessas duas habitações, com novos cadastros, registro fotográfico e entrevistas. As duas moradias aqui atualizadas são de Mirian da Costa e de Maria Gorete. Elas são vizinhas de “beco” em Paraíso Azul I que juntamente com Paraíso Azul II e Recanto Feliz, compõem

os territórios atualizados pela pesquisa da tese. Remanescentes das primeiras ocupações ocorridas no final da década de 1970 cresceram e se consolidaram encrustados no bairro, de classe média, Costa Azul, situado na faixa litorânea da cidade de Salvador (Figura 1). A paisagem é característica da cidade, que tem cerca de 60 % das construções autoconstruídas (GORDILHO-SOUZA, 2000).

Figura 1: Territórios autoconstruídos de Recanto Feliz , Paraiso Azul I e II no bairro Costa Azul, Salvador

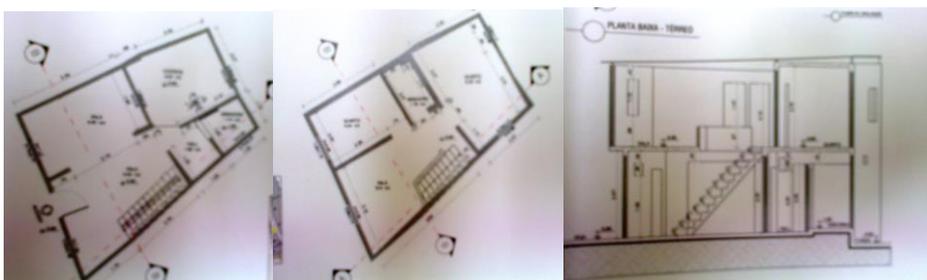


Fonte: Pela, 2007.

A arquitetura ordinária de Miriam e José Eloi – suas táticas e desvios

O casal Miriam e José Eloi tem dois filhos, e em 2006 dividiam a casa com o irmão dele, eram cinco moradores .Na época, a casa era de dois andares conforme o cadastro realizado pela equipe do EPAE.A. No térreo, os usos eram de sala, cozinha e banheiro, já no 1º pavimento, mais uma sala, dois quartos e um segundo banheiro (Figura 2).

Figura 2: Cadastro da casa de Miriam e José Eloi, 2006 (plantas e corte).



Fonte: Pela, 2007.

A avaliação da habitabilidade no térreo da casa era ruim, pois com paredes laterais e do fundo geminadas não havia possibilidade de ventilação e iluminação, somente pelas janelas da fachada frontal, onde tinha duas pequenas janelas. Já a avaliação do primeiro pavimento feita por Miriam era de “confortável”, pois havia janelas nos cômodos da frente e dos fundos, permitindo uma ventilação cruzada. O problema era a cobertura de fibrocimento (a tática da espera para bater mais uma laje) que provocava desconforto térmico.

Em 2014, a configuração da casa é diferente: o térreo passou a ser uma unidade habitacional para o irmão de José Eloi. Para tanto, a tática foi isolar a escada preexistente, possibilitando o acesso direto da “rua” para a segunda unidade. O hall de entrada com acesso à escada é “mínimo”, mas permite o uso como “salão de beleza”, pois Miriam trabalha ali mesmo, como complementação da renda da família. Um “desvio” na legislação que não permitiria o uso serviço numa área tão exígua como essa. A escada tem espelhos e pisos com medidas irregulares, mas permite a subida sem maiores problemas, ela é revestida de cerâmica com “paginação” de piso. No 1º pavimento a configuração espacial se mantém a mesma, a não ser pela mudança do uso da sala por quarto para o filho (Figura 3).

Figura 3: Hall de entrada, a 1ª escada, o quarto do filho e a 2ª escada, 2014.



A segunda escada tem os espelhos e pisos fora da norma, causando a sensação de se estar escalando - “o céu é o limite”. Essa ainda não tem revestimento de piso, ao contrário de toda a casa, revelando etapas e prioridades nas melhorias. O banheiro preexistente agora tem revestimento cerâmico nas paredes e piso, instalações hidráulicas e elétricas resolvidas, mas continua com o problema de ventilação e iluminação. Tanto no 1º quanto no 2º pavimentos, a solução para a ventilação é através do “desvio”, muito utilizado nos territórios autoconstruídos que é o de fazer aberturas para o terreno vizinho (pois ele ainda não construiu, não verticalizou). A sala e a cozinha ficam no 2º pavimento e são conjugados (Figura 4).

Figura 4: Vista do terraço, da cobertura e da sala conjugada com a cozinha, 2014.

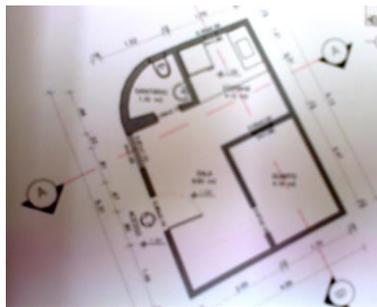


O espaço é amplo, mas termicamente desconfortável devido, novamente (em 2009 havia este mesmo problema), à cobertura de fibrocimento, e também ao pé direito de 2,40 metros. Um terraço agradável completa o espaço, com direito à vista para o mar. Nele esta a área de serviço, que ainda não tem as instalações hidráulicas definitivas, mas tem espaço suficiente para se tornar a “boa área de serviço”, como queria Miriam em 2009.

A arquitetura ordinária de Maria Gorete e André – suas táticas e desvios

Em 2006, a casa de Maria Gorete e André tinha somente 19,50 m² de área construída, sendo a mesma área a do terreno, isto é, 100% de ocupação, como a de Mirian e José Eloi. Nesta área exígua morava o casal e dois filhos. O espaço era dividido em sala, banheiro, cozinha e um quarto (Figura 5).

Figura 5: Cadastro da casa de Maria Gorete e André, 2006 (planta).



Fonte: PELA, 2007

As condições de conforto eram ruins, não só pela falta de espaço para abrigar quatro pessoas, mas também pela falta de ventilação e iluminação e paredes úmidas, além da cobertura de fibrocimento (MARAMBAIA, 2009). Na atualização em 2014, melhorias foram alcançadas com a construção de mais um pavimento (Figura 5).

Figura 5: Vista da sala, da cozinha e da escada, 2014.



Agora a casa tem 39,00 m² (trinta e nove metros quadrados) de área construída; onde, no térreo, ficou a cozinha e o banheiro, espaços existentes em 2009, e, a sala, agora maior, já que o quarto passou para o pavimento superior. Houve melhoria na pintura da casa e em seu piso, agora de cerâmica. A escada foi construída perto da entrada principal facilitando o fluxo de subida. A escada acompanha o desenho da parede arredondada, com degraus balanceados e revestida de cerâmica (Figura 5). Uma criação, bem melhor “projetada” do que a de Mirian e José Eloi.

No 1º pavimento foram feitos mais dois quartos, o do casal, que tem janela para a “rua”, e o quarto da filha que não tem. No hall tem espaço para um sofá-cama, onde o filho dorme, e para uma segunda escada, permitindo mais um pavimento, com direito a pilar de espera. A moradora declara: “O meu sonho é fazer mais um quarto para meu filho, e um terraço para secar as roupas, mas o pessoal da Conder disse para esperar a assistência técnica”. E lá se vão oito anos, desde a primeira iniciativa de assistência técnica.

A partir dos dois estudos de caso aqui apresentados, pode-se afirmar que a “precariedade” encontrada em 2006 era uma, e passados oitos anos é outra, houve uma melhoria da habitabilidade, num tempo longo. Um exemplo é comparar a área mínima por pessoa, que é de 10 m² (dez metros quadrados), nos dois momentos. Na casa de Miriam que era de 13,2 m² (treze metros e vinte centímetros quadrados) na co-habitação, chega a mais de 16,00 m² (dezesseis metros quadrados) por pessoa. Já, a de Gorete, saiu de 4,9 m² (quatro metros e noventa centímetros quadrados) por pessoa para 9,75 m² (nove metros e setenta e cinco centímetros quadrados) por pessoa. Há efetivamente uma melhoria neste critério.

As ações táticas foram as mesmas frente ao mesmo problema da falta de espaço, a ampliação através de mais um pavimento. A escada é elaborada com diferentes desenhos, mas necessita de desvios para se realizar na moradia autoconstruída. Ela é um elemento importante nas arquiteturas destes territórios, pois possibilita chegar à casa dos sonhos.

5 CONSIDERAÇÕES

O empoderamento do homem ordinário é necessário para a atualização dos territórios autoconstruídos pela sua “materialidade” e pelas “falas” de seus moradores. O reconhecimento do saber como experiência e das maneiras de fazer, abre caminhos possíveis para uma investigação que pretende descortinar, fazer ressurgir o outro. O saber do homem ordinário, com suas táticas e

desvios é imprescindível para a melhoria da habitabilidade e do habitar nestes territórios autoconstruídos.

Reconhecer efetivamente que existem modos de construir que não seguem as mesmas regras, as já constituídas, é a possibilidade para termos políticas públicas de intervenção que respeite esses modos de morar de nossas cidades. Uma investigação crítica pelo lado do saber das pessoas que produz as arquiteturas ordinárias pode contribuir em muito por práticas mais criativas e pertinentes por parte dos arquitetos urbanistas. Para tanto, há a necessidade de uma investigação teórico-conceitual sobre este outro, que traga para o debate estas outras lógicas. Este estudo foi um início.

6 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AZEVEDO, Sergio de. A questão da moradia no Brasil: necessidades habitacionais, políticas e tendências. In: FERNANDES, Ana. GORDILHO SOUZA, Angela (orgs.). *Habitação no Brasil: reflexões, avaliações e propostas*. Salvador: FAUFBA/ PPGAU, 2004. pp. 183-119.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Habitabilidade e Bem Estar*. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/artigoCB.htm>. Acesso: 04/04/2012.

CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Vozes, 1979.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 20ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FOUCAULT, M. Genealogia e poder In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010, pp. 167-177.

GORDILHO-SOUZA, A. *Limites do Habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador, EDUFBA: 2000.

JACQUES, P.B. *Estética da ginga: arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2001.

KAPP, Silke. *Moradia e contradições do projeto moderno*. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/artigoSK.htm>. Acesso: 11/10/2005.

LALANDE, A. *Dicionário técnico e crítico de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LIMA, R.M.C. *A cidade autoconstruída*. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2005. (tese de doutorado)

MARAMBAIA, Nara. *Assistência técnica de arquitetura para população de baixa-renda: reformas residenciais para melhoria das condições de habitabilidade. O caso da comunidade de Paraíso azul- Costa Azul*. Salvador/Ba. Trabalho Final de Graduação. Salvador: Faculdade de Arquitetura/ UFBa, 2009. (mimeo).

MARICATO, E. Formação e Impasse no pensamento crítico sobre a cidade periférica. In: MARICATO, E. *O Impasse da política urbana no Brasil*. Ed. Vozes. Petrópolis, 2011.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

PELA, I.M.; NUNES, D. *Relatório Técnico Final do Projeto de pesquisa Arquitetura pública: construção de metodologia de projeto e de parâmetros de habitabilidade*. Salvador: FAPESB/SEDUR. Salvador: EPAE.A/ UNIFACS, 2007. (mimeo)

PELA, I.M.;ESPIRITO SANTO, T.; ARAUJO, L. *Arquitetura Pública: a experiência do EPAE Avançado no bairro Costa Azul – Salvador/BA*. Florianópolis: Seminário XXIV ENSEA, out.2006. (mimeo)

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 1997.

SERPA. A. (org.) *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007.

VALLADARES, L.P. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Zahar Editores, 1982.

VALLADARES, L.P. Favela.com. In: FERNANDES, Ana. GORDILHO SOUZA, Angela (orgs.). *Habitação no Brasil: reflexões, avaliações e propostas*. Salvador: FAUFBA/ PPGAU, 2004. pp.121-136

WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ⁱ Do latim *alteru*: “Que não é o mesmo. Diferente. Diverso”. (MICHAELIS, 1998, p.1518)

ⁱⁱ A tese tem como pesquisa de campo a “materialidade” e as “falas” nos territórios autoconstruídos.

ⁱⁱⁱ Também denominados de: “favelas” por JACQUES (2001), VALLADARES (1982 e 2004) e DAVIS (2006); “cidade periférica” por (MARICATO, 2011); “bairros populares” por SERPA (2007); “arquitetura popular” por WEIMER (2005); “cidade autoconstruída” por LIMA (2005), cidade ilegal (ROLNIK, 1997) e de “cidade informal” por (GORDILHO-SOUZA, 2000).

^{iv} Silke Kapp discute em seu texto “Moradia e contradição do projeto moderno” o que denomina de “espaço extraordinário” e “espaço ordinário”. Adotamos o termo arquitetura para provocar uma discussão. Ver Silke KAPP (2005).

^v Do grego *poiein*: “criar, inventar, gerar.”

^{vi} A pesquisa-ação “Arquitetura pública: construção de metodologia de projeto e de parâmetros de habitabilidade” foi elaborada pelo Escritório Público de Arquitetura e Engenharia (EPAE), da Universidade Salvador/UNIFACS, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia/ FAPESB, em 2006. O EPAE passou a ser conhecido como EPAE.Avançado (EPAE.A) pois foi instalado uma sede no bairro Costa Azul, dentro dos territórios. A pesquisa-ação teve o objetivo de prestar assistência técnica de arquitetura e engenharia, e, ao mesmo tempo, elaborar de metodologia de projeto e “novos” parâmetros de habitabilidade. Foi realizado um projeto-piloto de 27 famílias com a elaboração de projetos arquitetônicos de reforma e ampliação. A pesquisa foi interrompida devido a questões burocráticas, e o material produzido até então, 8 meses, não puderam ser sistematizado. É desse material que parto para a minha pesquisa de doutorado. Ver o “Relatório Técnico Final de Projeto” (PELA; NUNES, 2007).